



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLOR DA SERRA DO SUL



MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL - UASG 985475

Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2026

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRA N.º 68/2026

ITENS EXCLUSIVOS ME E EPP E MEI, E AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul. Conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 4.664.748,00 (quatro milhões seiscentos e sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e oito reais).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	14 de Julho de 2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Maior Desconto por Grupo de Itens (Lote)
MODO DE DISPUTA	Aberto e Fechado
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	01% (Um por cento).
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO	Nomeados pela Portaria 104/2026.

Acompanhe o processo na íntegra pelo Portal da Transparência.





Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. OBJETO.....	3
3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	4
4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.....	6
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA.....	6
6. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO.	8
7. DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	11
7.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo:.....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8.5 A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:.....	12
9. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO	15
10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	15
11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
13. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.....	17
14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	17
15. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.....	18
16. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS	18
17. ANTICORRUPÇÃO.....	18
18. SANÇÕES.....	19
19. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20



1. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, **UASG Nº 985475**, através de seu Prefeito Municipal, **Valmor Felipe Junior**, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, **contendo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e MEI, e itens de ampla concorrência**, objetivando a execução do objeto abaixo especificado, conforme solicitação feita pelas **Secretarias Municipais de Viação, Obras e Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente**, por meio do processo administrativo n.º 68/2026, nas condições fixadas, cujo critério de julgamento será o **“menor preço” por grupo itens – Maior Desconto**, em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 agosto de 2014, do Decreto Municipal n.º 58, de 08 de Dezembro de 2023, do Decreto Municipal n.º 08, de 15 de Janeiro de 2024 e do Decreto Municipal n.º 15, de 29 de Janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, acessado exclusivamente por meio eletrônico - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue:

1.2.1 - **A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09:00H(nove) HORAS DO DIA 14 de Julho de 2026**

1.3 - Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF.

1.4 - Os trabalhos serão conduzidos pelos servidores **Bruno Olimpio Caus e Juliana Borges da Rosa de Almeida**, denominada Pregoeira, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.104/2026.

1.5 - O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto ao Depto de Licitações, na Secretaria Municipal de Administração, no horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min, na Rua Hermínio Perondi n.º 176, Bairro Centro, em Flor da Serra do Sul - PR, ou pelos sites: <https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsnPfVtIntlwt-A> ou www.gov.br/compras, Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3565-1132 ou e-mail: compras@fssul.pr.gov.br.

2. OBJETO

2.1 - A presente Licitação tem por objeto a **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul. Conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência. Conforme anexo III – Termo de Referência.**

2.2 - Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.



2.3 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar deste Pregão, empresas do ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação desde que satisfaça as exigências do Edital e esteja previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF e proceder ao seu **credenciamento** de acordo com os procedimentos do Sistema.

3.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que aqueles se tornaram desatualizados.

3.3.1 - Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3.2 A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.4 - **Será permitida a participação de empresas sob o regime de consórcio**, obedecidas às condições dispostas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.5 - Empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, ou reunidas sob a forma de consórcio, podem apresentar somente uma proposta, sob pena de rejeição de todas.

3.6 - As empresas que participarem da Licitação, isoladamente ou em consórcio, deverão examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.

3.7 - A empresa que optar por participar em Consórcio não poderá concorrer nesta Licitação como integrante de outros Consórcios ou isoladamente, seja diretamente, seja indiretamente, por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum).

3.8 - O Consórcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, sendo que o registro deverá ser feito nos termos do art. 15, §3º da Lei 14.133/2021, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

3.9 - É obrigatória a apresentação e cumprimento, por todos os integrantes do Consórcio, dos documentos e requisitos de habilitação na forma prevista neste Edital e seus anexos, sob pena de inabilitação do Consórcio.

3.10 - A inabilitação de qualquer empresa integrante do Consórcio acarretará a automática inabilitação deste.

3.11 - As empresas reunidas em consórcios, ainda deverão atender às seguintes condições:

a) Deverá ser apresentada indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender as condições de liderança.

b) A empresa líder deverá ter poderes de representação do Consórcio perante terceiros, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

I - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa



brasileira.

- c) As empresas que optarem por participar em consórcio deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;
- d) O termo de compromisso deverá definir o percentual de participação de cada um dos consorciados, bem como, conter cláusula definindo que as participantes responderão solidariamente por todos os atos praticados pelas partes, seja durante as fases da Licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra;
- e) Os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;
- f) Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos envelopes até a assinatura do Contrato;
- g) A empresa líder será a principal responsável junto à contratante, pelos compromissos assumidos no contrato, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados pelos atos praticados em Consórcio;

3.12 A presente licitação possui itens exclusivos destinados a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e itens destinados a ampla concorrência conforme anexo III –Termo de Referencia.

3.13 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.14 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.15 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

- 3.15.1** - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).
- 3.15.2** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.15.3** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.15.4** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Licitação, impossibilitada de participar da Licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.15.4.1** - O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ou ainda, a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.15.5** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.15.6** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de



dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.15.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.15.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.15.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.15.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.15.11 - Os interessados que se encontrem sob falência ou estejam em processo de dissolução ou liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição (EXCETO RECUPERAÇÃO JUDICIAL).

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do Pregão.

4.2 - Incumbe ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelo setor requisitante do Processo, decidir sobre as impugnações ou pedidos de esclarecimento, divulgando as respostas em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - O termo de impugnação ou o pedido de esclarecimento poderá ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Administração de Flor da Serra do Sul, na Rua: Hermínio Perondi, nº 176, Bairro: Centro, em Flor da Serra do Sul - PR, para o (a) Pregoeiro (a) responsável **ou** encaminhado por meio eletrônico, via e-mail: compras@fssul.pr.gov.br

4.3.1 - O (a) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Flor da Serra do Sul quanto do emissor, cabendo exclusivamente ao interessado certificar-se quanto ao seu efetivo recebimento pelo agente público.

4.4 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante ou cidadão que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.

4.5 - A impugnação feita pela licitante não a impedirá de participar do Processo Licitatório.

4.6 - A impugnação não possui efeito suspensivo.

4.6.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro (a), nos autos do Processo de Licitação.

4.7 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração decorrente do acolhimento não comprometer a formulação das propostas.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

5.1.1 - Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

5.2- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.3- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como, de que a



proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;

5.4 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n 14.133 de 2021.

5.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens n.º 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo as **características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, o preço ofertado.**

5.9 - Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Flor da Serra do Sul.

5.11 - EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASNET, PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

5.12 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



5.13 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.14 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO.

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicado neste edital.

6.2 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 Os lances deverão ser ofertados em **“MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS – MAIOR DESCONTO”**.

6.5.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

6.5.2 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.

6.10 - Para o envio de lances do presente Processo, o modo de disputa será o modo **“ABERTO E FECHADO”**.

6.10.1 - Neste modo, a etapa de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

6.10.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.10.3 - Após a etapa de que trata o subitem 6.10.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento)



superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3.1 - No procedimento de que trata o subitem 6.10.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 - Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.10.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no subitem 6.10.3.1.

6.10.5 - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

6.11 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.11.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.3 - Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11.5 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.12 - Ultrapassado o desempate de que trata o item 6.11, se houver, havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13 - Finalizadas as etapas de lances e eventual desempate, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e constantes no item 03 (três) do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- c) Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo TCE-PR



(<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

d) CNJ/CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.14 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.15 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.16 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no Edital, momento em que o (a) Pregoeiro (a) poderá realizar negociação, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (lance ou proposta), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.17 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a negociação de que trata o item 6.14, poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação.

6.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 - NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO III DESTE EDITAL.

6.20 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.21 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.21.1 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.22 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



6.23 - O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.24 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e / ou pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha objeto do Termo de Referência, anexo III;

7. DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - Encerrada a etapa de julgamento, o (a) Pregoeiro (a) convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe a **PROPOSTA DE PREÇOS** no prazo de até **02h (duas horas)** úteis, em conformidade com o último lance ofertado ou negociado.

7.1.1- É facultado a(o) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo ou de Ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para envio da proposta de preços.

7.1.2- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.1.3- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na final, etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.4- Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.1.4.1- No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

7.1.4.2- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.1.4.3- Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA
contendo:

7.2.1 – Preferencialmente: razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotos vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta em dias, e conter a declaração de que o valor contido em sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste Edital.

7.2.2 - A empresa ou o consórcio deverá apresentar proposta contendo preço em todos os itens objeto deste Processo.

7.3 - A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.4 - Ultrapassada a fase da qualificação de proposta, serão analisadas as condições de habilitação definidas no Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A empresa ou o consórcio que teve sua proposta de preços ajustada APROVADA, será convocada via chat pelo (a) Pregoeiro (a), para no prazo de até **02 (duas) horas úteis**, encaminhar os documentos de habilitação.

8.1.1 - É facultado o (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para o envio da documentação.

8.2 - Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, desde que necessários à confirmação daqueles exigidos em Edital e já apresentados, dentro do prazo estabelecido no item anterior.

8.2.1 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhadas por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.3 - Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: compras@fssul.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o (a) Pregoeiro (a) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O (a) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Flor da Serra do Sul quanto do emissor.

8.4 - Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos tenham sido anexados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.

8.5 A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

8.5.1 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso consistirá em:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no



País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- f) Compromisso de constituição de Consórcio, quando for o caso, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contendo a indicação de qual das empresas será a empresa Líder.

8.5.2 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Receita Federal do Ministério da Fazenda.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- f) Certificado de Regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

8.5.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n 123/2006 e alterações.

8.5.2.2 - Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

8.5.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90 da Lei n 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a Licitação.

8.5.2.4 - Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da Licitação.

8.5.2.5 - Será considerada Microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e Empresa de Pequeno Porte aquela que tenha auferido receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar n 123, de 14 de



dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 8.5.3, “a”.

8.5.3 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

I - Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

8.5.4 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

8.5.4.1 Atestado e/ou declaração de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome da empresa licitante, de que forneceu satisfatoriamente serviço igual ou semelhante ao do Termo de Referência.

8.6 – Declarações complementares: (anexas ao edital):

8.6.1 Declaração de LGPD.

8.6.2 Declaração Unificada.

8.6.6 A falta de Declarações do item 8.6, não será motivo para inabilitação, sendo que na falta de alguma declaração essa será solicitada mediante documentação complementar.

8.7 O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Dpto de Licitações do Município de Flor da Serra do Sul-PR **(DESDE QUE VÁLIDO)** poderá substituir os documentos indicados nos subitens 8.5.1 a 8.5.3, para a documentação por ele abrangida.

8.7.1- Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pelo (a) Pregoeiro (a).

8.8 - Em se tratando de consórcio, deverá ser apresentado os documentos de habilitação dos itens 8.5.1 a 8.5.3 ou o SICAF OU Certificado de registro cadastral emitido pela Divisão de Licitações da Secretaria Municipal Administração de Flor da Serra do Sul **(DESDE QUE VÁLIDO)** vigente de todas as empresas participantes do consórcio.

8.9 - Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei ([art. 63, I, da Lei n 14.133/2021](#)).

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.10 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados os prazos e procedimentos previstos em Edital.

8.11 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.



9. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

- 9.1** - A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos “sites” na INTERNET.
- 9.2** - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.
- 9.3** - Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no Edital dentro do prazo estipulado.
- 9.4** - Não serão aceitos documentos em forma de ‘FAX ou equivalente’ e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.
- 9.5** - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
- a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
 - b) em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz).
 - c) em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).
- 9.6** - A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do Processo.
- 9.7** - Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.
- 9.8** - A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste Edital e seus respectivos anexos.
- 9.9** - Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 9.10** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.11** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir.
- 9.12** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que aqueles se tornaram desatualizados.
- 9.13** - A verificação pelo (a) Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.14** - Na análise dos documentos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ATA e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da Licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei n 14.133, de 2021](#).
- 10.2** - O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ATA.
- 10.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou



inabilitação do licitante:

- 10.4 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo Máximo de 15 minutos após abertura do prazo, sob pena de preclusão;**
- 10.5** - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.6** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.7** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.8** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.9** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.10** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.11** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.12** - Os autos do Processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsnPfVtIntlwt-A==>.

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1** - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município convocará o adjudicatário a comparecer, no prazo de até 05 (cinco) dias, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21. Nos casos em que a Ata for encaminhada via correio ou em meio eletrônico, a contratada terá o mesmo prazo para devolução, ou seja, até 05 (cinco) dias contados do recebimento.
- 11.2** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que ocorra dentro do prazo e o motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.
- 11.3** - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.
- 11.4** - Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de referência.
- 11.5** - O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados no PNCP e no Portal de Compras do Município;
- 11.6** - A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
- 11.7** - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, nos termos do subitem anterior, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1** - Será incluído, como anexo da ata de registro de preços, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, com a finalidade de



formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas seguintes hipóteses:

I - quando o fornecedor registrado descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

II - quando o fornecedor sofrer sanção prevista no inc. III, quando aplicada pelo Município de Flor da Serra do Sul, ou pelo IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

III - quando o fornecedor não aceitar o preço revisado pela administração;

IV - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

V - No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração.

12.2 - Para fins de formação de cadastro de reserva, será considerada a manifestação realizada pelas empresas no momento da convocação para formação do cadastro de reserva no sistema Comprasgov, quando da homologação do certame pela autoridade competente.

13. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 Conforme item 9 do Termo de Referência.

13.2 - Do Prazo de Vigência:

13.2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado a partir da publicação do extrato no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o artigo 84, da Lei 14.133/21.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - Recebimento do Item:

14.1.1 - O recebimento do Item da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b” e art. 28 do Decreto Municipal 058/2023 e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

a) Os Item serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, esta verificação deverá estar concluída em até 24 (vinte e quatro) horas.

b) O recebimento definitivo ocorrerá pelo responsável pelo acompanhamento e gestão da Ata de Registro de Preços ou comissão designada, prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

14.1.2 - Os Itens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante o recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.1.3 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.1.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.1.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de



saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.1.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.2 - Prazo e Forma de Pagamento:

14.2.1 Conforme item 11.3 do Termo de Referência.

15. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 - Poderão ser revisados ou alterados os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

15.2 A revisão e a alteração dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o responsável promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.

15.3 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, se for o caso, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

15.4 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado, sendo que o transcurso do período citado sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

16. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O registro de preços será cancelado nas seguintes hipóteses:

- a) pelo decurso do seu prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa aos interessados, que poderão apresentar sua defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

17. ANTICORRUPÇÃO

17.1 - As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n 8.429/1992), a Lei Federal n 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do Contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente Contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.



18. SANÇÕES

18.1 - O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Municipal;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4 - A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1.

18.5 - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens a, b e c do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Flor da Serra do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.6 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens d, e, f, g e h do subitem 18.1, bem como pelas infrações dos subitens 'a', 'b' e 'c' do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referido no item 18.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.7 - A sanção estabelecida no subitem 'd' do item 18.2, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal;

18.8 - As sanções previstas nos subitens a, c e d do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 'b' do mesmo item.

18.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



18.10 A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Municipal.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - As normas disciplinadoras desta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a Lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

19.3 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a). O (a) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

19.4 - Será facultado (a) o Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, inclusive parecer técnico às **Secretarias Municipais de Viação, Obras e Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente**, requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como, solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

19.4.1— O (a) Pregoeiro (a) poderá ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

19.5 - As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como, será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.7 - A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação.

19.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Depto de Licitações da Secretaria Municipal de Administração de Flor da Serra do Sul.

19.9 , exceto quando explicitamente disposto em contrário.

19.10 - A autoridade competente poderá revogar a presente Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes direito à indenização.

19.11 - O resultado da Licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRNPfVtIntlwt-A> == / <https://www.gov.br/compras/pt-br> e estará disponível junto a Depto de Licitações da Secretaria Municipal de Administração de Flor da Serra do Sul.

19.12 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.13 - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os Editais, todas as fases do



certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

19.14 - A proponente deverá indicar o (a) Pregoeiro (a) todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

19.15 - O (a) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Flor da Serra do Sul quanto do emissor.

19.16 - Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

19.17 - Caso o sistema eletrônico desconectar para o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

19.18 - Se a desconexão do (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

19.19 - CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

19.20 - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

19.21 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.22 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

19.23 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Marmeleiro - PR.

19.24 - Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), a luz da Lei Federal 14.133/2021 e Decretos Municipais.

19.25 - Fazem parte deste Edital:

- I - ANEXO I - Minuta do Ata Registro De Preços;
- II - ANEXO II - Modelo Proposta de Preços
- III - ANEXO III - Termo de Referência
- IV - ANEXO IV - Dotação Orçamentária



V - ANEXO V - Declaração de LGPD
VI - ANEXO VI – Declaração Unificada

Flor da Serra do Sul, 19 de Junho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XX/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº XXX/2026.

CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Município de Flor da Serra do Sul-PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua João Arisi, nº 115, FLOR DA SERRA DO SUL/PR, devidamente registrado no CNPJ sob nº 95.589.271/0001-30, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos Decretos Municipais nº 58/2023 e 15/2024, e demais normas aplicáveis, **REGISTRA** os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº. XX/20XX, homologado por seu **PREFEITO**, Senhor, **VALMOR FELIPE JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº 8.002.483-5 SSP/PR e do CPF nº 035.263.269-08, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, conforme Termo de Referência (Anexo III), visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.**



1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, desde que obedecida a legislação pertinente; fica assegurada, no entanto, aos detentores do registro constante desta Ata, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes, as propostas dos fornecedores e Termo de Referência da Contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Item 1: Adjudicado para empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, N - ******, BAIRRO, CEP nº xxxxxxxxxxxx, CIDADE - UF, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme quadro a seguir, conforme quadro a seguir:

LOTE 01: MERCEDES -BENZ – ÔNIBUS E CAMINHÕES - MECÂNICO						
Item	Descrição	Unid. Medida	Quant.	Desconto aplicado (%)	Valor Unit.	TOTAL R\$
1	xxxx	UN	01	xxxx	xxxx	xxxx
2	xxxx	HORAS	xx	xxxx	xxxx	xxxx

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculante para o Contratado, e terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial Municipal.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, nos termos previstos em edital e respeitando as determinações legais.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, durante o prazo de sua vigência, dentre elas:

4.1.1. A solicitação dos serviços objeto desta licitação será de acordo com a necessidade das Secretarias solicitantes desta Prefeitura Municipal.



4.2. PARA SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS

- 4.2.1. **Após o recebimento da máquina/veículo agrícola, a empresa deverá apresentar o Laudo da Avaliação dos serviços e/ou peças (quando necessárias) em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.**
- 4.2.2. Aprovado o Laudo pelo Fiscal e/ou Gestor contratual, **quando necessário adquirir peças**, a contratada deverá apresentar o orçamento das mesmas no prazo **máximo 03 (três) dias úteis**. O orçamento deverá incluir:
- I. Identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, hodômetro e unidade usuária);*
 - II. Relatório com os defeitos identificados e os itens a serem revisados, consertados ou substituídos;*
 - III. Quantidade, códigos das peças originais/reposição, acessórios e insumos, com base em três orçamentos ou preço praticado pela contratada em contratos anteriores com outros entes públicos ou empresas do setor.*
 - IV. A contratada deverá apresentar orçamento detalhado contendo código da peça, fabricante e valor unitário antes da execução dos serviços.*
 - V. Caso haja divergência nos valores ou especificações, a contratante poderá solicitar novos orçamentos.*
- 4.2.3. O Fiscal e/ou Gestor contratual deverá analisar e aprovar/reprovar a pesquisa de mercado (orçamentos apresentados pela contratada), no prazo máximo de 24 horas após o recebimento.
- 4.2.4. **Após aprovado e autorizado pelo Fiscal e/ou Gestor contratual a contratada terá o prazo de 07 dias úteis para finalizar o conserto/serviço**, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.
- 4.2.5. **No caso de serviços que não demandem aquisição de peças será pago o valor da hora licitado sem necessidade de pesquisa de mercado, devendo a contratada finalizar a execução dos serviços no prazo de 03 dias úteis**, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.

4.3. PARA SERVIÇOS RETIFICA E USINAGEM

- 4.3.1. **Após o recebimento da máquina/veículo agrícola, a empresa deverá apresentar o Laudo da Avaliação dos serviços e/ou peças (quando necessárias) em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.**
- 4.3.2. Aprovado o Laudo pelo Fiscal e/ou Gestor contratual, **quando necessário adquirir peças**, a contratada deverá apresentar o orçamento das mesmas no prazo **máximo 05 (cinco) dias úteis**.
- * O orçamento deverá incluir:
- I. Identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, hodômetro e unidade usuária);*
 - II. Relatório com os defeitos identificados e os itens a serem revisados, consertados ou substituídos;*
 - III. Quantidade, códigos das peças originais/reposição, acessórios e insumos, com base em três orçamentos ou preço praticado pela contratada em contratos anteriores com outros entes públicos ou empresas do setor.*



IV. Caso haja divergência nos valores ou especificações, a contratante poderá solicitar novos orçamentos.

- 4.3.3. O Fiscal e/ou Gestor contratual deverá analisar e aprovar/reprovar a pesquisa de mercado (orçamentos apresentados pela contratada), no prazo máximo de 24 horas após o recebimento.
- 4.3.4. **Após aprovado e autorizado pelo Fiscal e/ou Gestor contratual a contratada terá o prazo de 10 dias úteis para finalizar o conserto/serviço**, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.
- 4.3.5. **No caso de serviços que não demandem aquisição de peças será pago o valor da hora licitado sem necessidade de pesquisa de mercado, devendo a contratada finalizar a execução dos serviços no prazo de 05 dias úteis**, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.
- 4.4. A execução dos serviços ocorrerá nas instalações da oficina da contratada ou nas dependências da secretaria solicitante (em alguns casos quando for possível).
- 4.5. As máquinas rodoviárias ou agrícolas devem ser retiradas na garagem municipal e no caso de paralisação da máquina rodoviária ou agrícola em local de serviço, ser rebocado pelo SERVIÇO DE GUINCHO (PRANCHA) DA CONTRATADA sem ônus para CONTRATANTE (NO DESLOCAMENTO PARA CONCERTO E PARA ENTREGA APÓS O CONCERTO), em caso de qualquer sinistro no transporte a responsabilidade fica por conta da CONTRATADA, para ressarcir qualquer custo que por ventura resultem do sinistro, inclusive na hipótese de ocorrer um acidente rodoviário envolvendo o veículo, como colisão, capotagem, abaloamento, tombamento, incêndio ou explosão do veículo.
- 4.6. A empresa contratada deverá fornecer:
- a). - Manutenção mecânica preventiva e corretiva para todas as máquinas da frota.
 - b). - Atendimento emergencial para reparos corretivos, com tempo de resposta rápido, minimizando a indisponibilidade das máquinas.
 - a. Fica a responsabilidade da empresa vencedora de comunicar à contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
 - b. Caso haja divergências entre os serviços solicitados e entregues, a contratada será notificada pela Administração para correção das irregularidades em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.7. Para prestação dos serviços de manutenção mecânica preventiva, corretiva e recuperativa, a contratada deverá possuir sede própria, com instalações que garantam a perfeita execução dos serviços, pátio para manobras, local apropriado para guarda e conservação dos veículos e máquinas agrícolas da frota municipal enquanto estiverem sob a responsabilidade da contratada em manutenção.
- 4.8. Dispor, quando da prestação dos serviços, de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para a realização dos reparos, substituições e testes necessários. Deverá ainda, atender as leis e normas ambientais vigentes;



- 4.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a obrigação, sem a prévia e expressa anuência da contratante;
- 4.10. Em observância aos princípios da economicidade e da racionalidade, a empresa licitante vencedora deve estar localizada numa distância (raio) de até 50 (cinquenta) km da sede desta Prefeitura, localizada na Rua João Arisi, 115, Centro, Flor da Serra do Sul/PR, a fim de evitar deslocamentos longos, desnecessários para a Administração Pública;
- 4.10.1. A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para esta Prefeitura, pois, se a distância entre a sede da Prefeitura e o local da execução dos serviços for maior que a determinada, a vantagem do “menor preço por lote” ficará prejudicada em razão dos custos deslocamento da frota;
- 4.10.2. Caso tiver licitantes interessados localizados a mais de 50 (cinquenta) quilômetros, os veículos devem ser transportados até a sede da proponente mediante transporte adequado (guincho), com ônus da CONTRATADA.
- 4.10.3. A contratada será responsável por qualquer sinistro ocorrido durante o transporte, incluindo colisões, capotagens, abalroamentos, tombamentos, incêndios ou explosões.
- 4.11. Como forma de controle dos valores dos orçamentos apresentados para peças originais, genuínas e paralelas a serem adquiridas, poderá o servidor público designado para acompanhar a execução do objeto, coletar orçamento junto à revenda de cada marca/modelo, pesquisar em outros sistemas via internet, autopeças e distribuidores, se assim demandar, para comprovar preço praticado pela empresa, além de outros meios disponíveis para este tipo de comprovação;
- a). Na impossibilidade de adquirir mais de um orçamento junto a fornecedores, o único orçamento apresentado será encaminhado com justificativa do servidor encarregado pela Fiscalização e/ou Secretário Municipal de Administração para autorização.
- b). A Contratada, antes de enviar as peças dos veículos, deverá comprovar para o servidor público designado, que as peças são de boa qualidade e das marcas cotadas no orçamento.
- c). Fica a critério do contratante a escolha entre peça original ou reposição
- d). Para aferição do tempo necessário e com vista à precificação dos serviços a serem realizados, serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.
- 4.12. Cabe a contratada devolver à contratante todas as peças que forem substituídas, mesmo que inaproveitáveis, constando a identificação completa dos veículos/máquinas e discriminação das peças utilizadas. Os materiais deverão acompanhar o equipamento quando da entrega do mesmo após a execução dos serviços solicitados, que os manterá para fins de auditoria;
- 4.13. Os produtos/serviços desta licitação deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente;
- 4.14. O preço das peças será o de mercado no momento da aquisição, conforme as condições acordadas entre as partes e com base nos preços praticados em outros contratos ou cotações obtidas com concessionárias ou fornecedores.



- 4.15. A prestação de serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, será executada com base em descontos proporcionais à quantidade de horas de trabalho de cada serviço, conforme o valor proposto pela empresa vencedora no pregão eletrônico.
- 4.16. A contratada poderá sugerir a recuperação de peças quando isso for mais vantajoso para o município. A decisão será tomada pela Administração com base na análise dos custos e benefícios, considerando sempre a viabilidade técnica.
- 4.17. A contratada assumirá total responsabilidade pela execução dos serviços e pela qualidade das peças fornecidas, devendo assegurar que todos os procedimentos cumpram as normas técnicas e legais aplicáveis.
- 4.18. Após a execução dos serviços, o servidor designado realizará uma inspeção no equipamento. Caso o serviço não esteja conforme as especificações, a contratada será notificada para realizar as correções necessárias. O equipamento só será aceito após a correção dos defeitos.
- 4.19. A contratada deverá manter o controle rigoroso da entrada e saída dos equipamentos, emitindo guias de recebimento e devolução com descrição detalhada dos serviços realizados e acessórios entregues.
- 4.20. Todos os serviços executados deverão garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, sem interrupções. Caso ocorram problemas após a execução, a contratada deverá realizar os reparos necessários sem custos adicionais.
- 4.21. Responder por quaisquer danos pessoais e/ou patrimoniais, causados direta ou indiretamente à contratante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste Certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que haja a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;

4.22. SIGLAS UTILIZADAS PARA CONHECIMENTO DOS PROPONENTES E AFERIÇÃO DE PREÇO

%PG= Desconto De Peças Genuínas Ofertadas Pelas Empresas;

%PR= Desconto De Peças de Reposição Ofertadas Pelas Empresas;

AINDA:

PG=Peças Genuínas De Fabrica: aquelas fornecidas diretamente pela montadora e/ ou revendedora autorizada; (vem com selo e logotipo oficial da marca).

PR=Peças de Reposição: aquelas de mercado paralelo, genéricas ou alternativas novas (sem uso anterior).

4.23. Todas as peças GENUINAS/reposição aplicados nos veículos e fornecidos deverão ter marca de fabricação, devendo estar de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade e Tecnologia.

4.24. O LICITANTE IRÁ OFERECER COMO LANCE UMA PORCENTAGEM DE DESCONTO SOBRE AS PEÇAS ORIGINAIS (PO). DEVERÁ SER APLICADO NAS PR



(PEÇAS DE REPOSIÇÃO), DESCONTO DE 10% ACIMA DO VALOR FINAL DAS PO (PEÇAS ORIGINAIS).

4.24.1. PARA EFEITO EXEMPLIFICATIVO, SE A LICITANTE OFERECER 15% (QUINZE POR CENTO) DE DESCONTO PARA AS PEÇAS ORIGINAIS, O DESCONTO PARA AS PEÇAS DE REPOSIÇÃO SERÁ AUTOMATICAMENTE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO).

4.25. DA GARANTIA

- a). O prazo de garantia para as peças e matérias utilizados será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão da nota fiscal pela contratada, devendo ser anexado os respectivos “termos de garantia” conformidade e obediência aos padrões técnicos do “serviço autorizado” do fabricante. (Quando o fabricante fornecer período de garantia maior que 90 dias sempre prevalecerá o maior período).
- b). A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer peça que não atenda às exigências, cabendo à contratada a reposição. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
- c). O aceite do servidor por parte da contratante se dará após aplicação/vistoria/teste do veículo/máquina realizada pelo motorista, visando verificar a qualidade da peça/serviço aplicada. Não havendo aceite da peça/serviço deverá retornar para o estabelecimento da contratada para substituição da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Poderão ser revisados ou alterados os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

5.2 A revisão e a alteração dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o responsável promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.

5.3 Após o decurso de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.4 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado, sendo que o transcurso do período citado sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

- a) for liberado da obrigação;
- b) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável, seja hipótese de descumprimento total ou parcial;



- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- e) não aceitar o preço eventualmente revisado pela Administração;
- f) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- g) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.2 No cancelamento do preço registrado, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo administrativo, podendo apresentar sua defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o Município realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo Município:

- a) pelo decurso do seu prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa aos interessados, que poderão apresentar sua defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado pela Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

- a) quando o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) quando o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, se a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;



e) quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

8.2 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
- b) responsabilizar-se pelas despesas e encargo decorrente da execução da presente Ata;
- c) manter as condições de habilitação;
- d) manter atualizado seu cadastro no Cadastro municipal, durante a vigência da presente ata.
- e) e demais obrigações listadas no termo de referencia, inclusive quanto ao prazo de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO DEPARTAMENTO/SECRETARIA SOLICITANTE

10. Constituem obrigações dos órgãos municipais participantes desta ata, por meio de seu gestor:

- a) tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- b) emitir as respectivas ordens de compra, quando da necessidade, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- c) verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, especialmente em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gestor da ata eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
- d) zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
- e) registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema municipal eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
- f) providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do Município e respectivo Diário Oficial, além de outras formas de publicação, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CADASTRO DE RESERVA

Segue como anexo na presente Ata de Registro de Preços, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no Decreto n.º 15/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E FISCALIZAÇÃO

I - Nos termos da Lei 14.133/2021, art.120 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, junto com o Senhor Prefeito Municipal, obrigando-se ao cumprimento relativo ao objeto deste contrato.



Parágrafo Primeiro

Para fiscalizar e acompanhar o andamento da referida contratação, fica designado os servidores públicos _____ e como suplente a servidor(a) _____. A gestora do presente contrato será a senhora XXXXXXXXXXXXXXXX - Secretária de _____, conforme Portaria nº xxx/2026.

Parágrafo Segundo

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto: Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I-** coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II-** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III-** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- IV-** coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- V-** coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Compras e Licitação para a formalização dos procedimentos de que trata o art. 91 da Lei nº. 14.113, de 2021, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos;
- VI-** elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, quando cabível;
- VII-** coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is);
- VIII-** analisar a documentação que antecede o pagamento;
- IX-** analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- X-** analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;



- XI-** realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- XII-** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
- XIII-** responder às solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;
- XIV-** outras atividades compatíveis com a função.

Parágrafo Quinto: Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I -** prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
 - II -** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - III -** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
 - IV -** informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - V -** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
 - VI -** fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
 - VII -** comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Organograma	Máscara	Descrição da Despesa	Valor Previsto
04.001	04.001.04.122.0006.2007.3.3.90.39.00	Gestão dos serviços de Obras, Viação e Urbanismo	159.300,00
04.001	04.001.04.122.0006.2007.3.3.90.30.00	Gestão dos serviços de Obras, Viação e Urbanismo	400.000,00



09.001	09.001.20.608.0007.2012.3.3.90.39.00	Gestão da Secretaria de Agricultura	240.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2014.3.3.90.30.00	Revitalização das Estradas Vicinais	989.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2014.3.3.90.39.00	Revitalização das Estradas Vicinais	300.000,00

Parágrafo Primeiro: Por se tratar de Sistema de Registro de Preços (SRP), a dotação orçamentária total não será necessária no momento da licitação. Isso ocorre porque o registro de preços não gera uma contratação imediata, mas sim a possibilidade de futuras aquisições conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária.

Parágrafo Segundo: A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

I O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal Regulamentador 13/2024, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, pelos motivos abaixo:

- Der causa à inexecução parcial do contrato ou ata;
- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do contrato ou ata;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato ou ata;
- Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou ata;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas conforme abaixo:

CORRESPONDENCIA DE % (PORCENTAGEM)		
Grau	Porcentagem	Aplicação



01	10% (dez por cento)	valor do empenho/AF
02	10% (dez por cento) ao dia	valor do empenho/ AF
03	20% (vinte por cento) ao dia	valor do item
04	10 % (dez por cento)	valor total da ata por item
05	10 % (dez por cento)	valor total da ata

III Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA		
Item	Descrição	Grau
1.	Quando não entregar a documentação exigida ou deixar de apresentar documento em quaisquer uma das fases deste certame;	05
2.	Quando apresentar declaração falsa e/ou documento falso em qualquer fase do certame;	05
3.	Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação;	05
4.	Quando deixar de assinar a ata/contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho (autorização de compras) ou quaisquer outros documentos decorrentes da ata de registro de preços ou contrato;	05
5.	Quando não cumprir horário estabelecido no TR, no edital e no CONTRATO OU ATA;	01 e 03
6.	Quando houver atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos materiais/produtos/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da nota de empenho de despesa (autorização de compras), limitados à 30 (trinta) dias; (POR INCIDENCIA).	01 e 02
7.	Quando houver atraso injustificado na execução da nota de empenho de despesa (autorização de compras), superior a 30 (trinta) dias decorridos ou por descumprimento total ou parcial da ata/contrato; (POR INCIDENCIA).	03 e 04
8.	A suspensão ou interrupção da execução da ata, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Coordenação Administrativa;	03 e 05
9.	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
10	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela administração; (POR PRODUTO);	04

IV No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento do contrato ou da ata;

V No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, fica facultado ao Município reconhecer a ocorrência das hipóteses de Rescisão contratual.

VI O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATANTE;



VII Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial.

VIII A penalidade de advertência e multa, serão aplicada após regular processo administrativo simplificado, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à CONTRATANTE, este será encaminhado para cobrança judicialmente.

IX A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme decreto Municipal 13/2024.

X A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o foro da Comarca de Marmeleiro-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais locais exigidos pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O Pregão Eletrônico nº _____, realizado pela Pregoeira Sra. Juliana Borges da Rosa de Almeida, designado na Portaria/Decreto n.º 167/2024, publicada no Diário Oficial do Município.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

FORNECEDORES

LOTE/ ITEM	CLASSIF.	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



--	--	--	--

ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A/C

Pregoeiro (a) do
Município de Flor da Serra do Sul - PR
Pregão Eletrônico n.º ____/2026

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ n, com endereço na Rua....., n....., CEP: na cidade de Estado do, telefone: (); e-mail:@ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)....., portador (a) do CPF n.º, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe que tem pôr a objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul. Conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.. conforme segue:

LOTE 01: MERCEDES -BENZ – ÔNIBUS E CAMINHÕES - MECÂNICO						
Item	Descrição	Unid. Medida	Quant.	Desconto aplicado (%)	Valor Unit.	TOTAL R\$
1	XXXX	UN	01	XXXX	XXXX	XXXX
2	XXXX	HORAS	xx	XXXX	XXXX	XXXX



I - Declaro ainda, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

II - Declaro ainda, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento da entrega do bem, como fretes, despesa com alimentação, estadia e demais que vierem ocorrer.

III - Declaramos que, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros, e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Prazo de Validade da Proposta é de: no mínimo 90 (noventa) dias.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal



ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Serviços de Manutenção da Frota de Máquinas — Mecânica, Elétrica, Solda, Usinagem e Retífica

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul. Conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

2.1. O objeto está organizado em 55 (cinquenta e cinco) lotes e 109 (cento e nove) itens, com o critério de julgamento de menor preço por lote, conforme o quadro abaixo:

Item	Descrição do Item	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 01 — MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR (2012)					
1	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR.	UN	1	150.000,00	150.000,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR.	HORAS	300	200,80	60.240,00
Subtotal do Lote 01					210.240,00
LOTE 02 — MOTONIVELADORA 919R SEM (2023)					
3	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MOTONIVELADORA 919R SEM.	UN	1	160.000,00	160.000,00
4	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA MOTONIVELADORA 919R SEM.	HORAS	160	200,80	32.128,00
Subtotal do Lote 02					192.128,00
LOTE 03 — MOTONIVELADORA 12G CATERPILLAR (1995)					
5	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA 12G CATERPILLAR	UN	1	90.000,00	90.000,00
6	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA MOTONIVELADORA 12G CATERPILLAR	HORAS	210	200,80	42.168,00
Subtotal do Lote 03					132.168,00
LOTE 04 — ROLO COMPACTADOR XCMG (2021)					
7	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR XCMG	UN	1	80.000,00	80.000,00
8	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ROLO COMPACTADOR XCMG	HORAS	190	200,80	38.152,00
Subtotal do Lote 04					118.152,00
LOTE 05 — ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND (2025)					



9	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND	UN	1	80.000,00	80.000,00
10	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND	HORAS	200	200,80	40.160,00
Subtotal do Lote 05					120.160,00
LOTE 06 — ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA (2023)					
11	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA	UN	1	95.000,00	95.000,00
12	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA	HORAS	170	214,97	36.544,90
Subtotal do Lote 06					131.544,90
LOTE 07 — ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA (2023)					
13	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG XE225BR	UN	1	150.000,00	150.000,00
14	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG XE225BR	HORAS	190	214,97	40.844,30
Subtotal do Lote 07					190.844,30
LOTE 08 — ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320 GC CATERPILLAR (2025)					
15	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320 GC CATERPILLAR	UN	1	120.000,00	120.000,00
16	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320 GC CATERPILLAR	HORAS	190	214,97	40.844,30
Subtotal do Lote 08					160.844,30
LOTE 09 — RETROESCAVADEIRA MULLER MR406ADV 4x4 (2023)					
17	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA-MULLER MR406ADV	UN	1	80.000,00	80.000,00
18	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA RETROESCAVADEIRA-MULLER MR406ADV	HORAS	160	214,97	34.395,20
Subtotal do Lote 09					114.395,20
LOTE 10 — RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND (2025)					
19	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	UN	1	90.000,00	90.000,00
20	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	HORAS	190	214,97	40.844,30
Subtotal do Lote 10					130.844,30
LOTE 11 — RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND (2025)					
21	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	UN	1	90.000,00	90.000,00
22	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	HORAS	190	214,97	40.844,30
Subtotal do Lote 11					130.844,30
LOTE 12 — PÁ CARREGADEIRA LW 350 KV XCMG (2024)					
23	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA LW 350 KV XCMG	UN	1	120.000,00	120.000,00



24	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA PÁ CARREGADEIRA LW 350 KV XCMG	HORAS	160	202,47	32.395,20
Subtotal do Lote 12					152.395,20
LOTE 13 — PÁ CARREGADEIRA 656D SEM (2020)					
25	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA 656D SEM	UN	1	85.000,00	85.000,00
26	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA PÁ CARREGADEIRA 656D SEM	HORAS	190	202,47	38.469,30
Subtotal do Lote 13					123.469,30
LOTE 14 — PÁ CARREGADEIRA 924 HZ CATERPILLAR (2012)					
27	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA 924 HZ CATERPILLAR	UN	1	70.000,00	70.000,00
28	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA PÁ CARREGADEIRA 924 HZ CATERPILLAR	HORAS	180	202,47	36.444,60
Subtotal do Lote 14					106.444,60
LOTE 15 — TRATOR DE ESTEIRA D4CS (2025)					
29	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA D4CS	UN	1	60.000,00	60.000,00
30	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA TRATOR DE ESTEIRA D4CS	HORAS	200	200,80	40.160,00
Subtotal do Lote 15					100.160,00
LOTE 16 — TRATOR DE PNEU LS PLUS 90 (2024)- EXCLUSIVO ME E EPP					
31	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR DE PNEU LS PLUS 90	UN	1	20.000,00	20.000,00
32	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA TRATOR DE PNEU LS PLUS 90	HORAS	160	156,80	25.088,00
Subtotal do Lote 16					45.088,00
LOTE 17 — TRATOR DE PNEU T5.100 NEW HOLLAND (2020)- EXCLUSIVO ME E EPP					
33	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR DE PNEU T5.100 NEW HOLLAND	UN	1	20.000,00	20.000,00
34	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA TRATOR DE PNEU T5.100 NEW HOLLAND	HORAS	160	156,80	25.088,00
Subtotal do Lote 17					45.088,00
LOTE 18 — TRATOR DE PNEU 6090 FARMATRAC (2020) - EXCLUSIVO ME E EPP					
35	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR DE PNEU 6090 FARMATRAC	UN	1	20.000,00	20.000,00
36	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA TRATOR DE PNEU 6090 FARMATRAC	HORAS	160	156,80	25.088,00
Subtotal do Lote 18					45.088,00
LOTE 19 — TRATOR 8000 MAHINDRA (2017) - EXCLUSIVO ME E EPP					
37	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR 8000 MAHINDRA	UN	1	32.000,00	32.000,00
38	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA TRATOR 8000 MAHINDRA	HORAS	160	156,80	25.088,00



Subtotal do Lote 19					57.088,00
LOTE 20 — TRATOR 6065 MAHINDRA (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP					
39	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR 6065 MAHINDRA	UN	1	23.000,00	23.000,00
40	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA TRATOR 6065 MAHINDRA	HORAS	160	156,80	25.088,00
Subtotal do Lote 20					48.088,00
LOTE 21 — ENSILADEIRA ÁREA TOTAL JF-C120 (2020) - EXCLUSIVO ME E EPP					
41	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ENSILADEIRA ÁREA TOTAL JF-C120	UN	1	23.000,00	23.000,00
42	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ENSILADEIRA ÁREA TOTAL JF-C120	HORAS	100	150,14	15.014,00
Subtotal do Lote 21					38.014,00
LOTE 22 — ENSILADEIRA ÁREA TOTAL CREMASCO CUSTON 950-C III (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
43	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ENSILADEIRA ÁREA TOTAL CREMASCO CUSTON 950-C III	UN	1	10.500,00	10.500,00
44	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ENSILADEIRA ÁREA TOTAL CREMASCO CUSTON 950-C III	HORAS	100	150,14	15.014,00
Subtotal do Lote 22					25.514,00
LOTE 23 — ENSILADEIRA ÁREA TOTAL MENTA-ATM 1.1 (2020) - EXCLUSIVO ME E EPP					
45	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ENSILADEIRA ÁREA TOTAL MENTA-ATM 1.1	UN	1	10.500,00	10.500,00
46	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ENSILADEIRA ÁREA TOTAL MENTA-ATM 1.1	HORAS	140	150,14	21.019,60
Subtotal do Lote 23					31.519,60
LOTE 24 — ENSILADEIRA ÁREA TOTAL MENTA-ATM 1.1 (2022) - EXCLUSIVO ME E EPP					
47	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ENSILADEIRA ÁREA TOTAL MENTA-ATM 1.1	UN	1	6.700,00	6.700,00
48	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ENSILADEIRA ÁREA TOTAL MENTA-ATM 1.1	HORAS	140	150,14	21.019,60
Subtotal do Lote 24					27.719,60
LOTE 25 — GRADE NIVELADORA METAL FREITAS GNH 32X20 (2024) - EXCLUSIVO ME E EPP					
49	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE GRADE NIVELADORA METAL FREITAS GNH 32X20	UN	1	7.300,00	7.300,00
50	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA GRADE NIVELADORA METAL FREITAS GNH 32X20	HORAS	100	150,14	15.014,00
Subtotal do Lote 25					22.314,00
LOTE 26 — GRADE ARRADOURA TATU-ATCR-16 (2014) - EXCLUSIVO ME E EPP					
51	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE GRADE ARRADOURA TATU-ATCR-16	UN	1	5.500,00	5.500,00
52	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA GRADE ARRADOURA TATU-ATCR-16	HORAS	80	150,14	12.011,20
Subtotal do Lote 26					17.511,20



LOTE 27 — DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO IPACOL.DELV-5.0 (2006) - EXCLUSIVO ME E EPP					
53	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO IPACOL.DELV-5.0	UN	1	18.900,00	18.900,00
54	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO IPACOL.DELV-5.0	HORAS	80	150,14	12.011,20
Subtotal do Lote 27					30.911,20
LOTE 28 — CARRETO AGRICOLA BASCULANTE BRL-TF 7000 LUNECO- EXCLUSIVO ME E EPP					
55	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CARRETO AGRICOLA BASCULANTE BRL-TF 7000 LUNECO	UN	1	4.900,00	4.900,00
56	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA CARRETO AGRICOLA BASCULANTE BRL-TF 7000 LUNECO	HORAS	130	150,14	19.518,20
Subtotal do Lote 28					24.418,20
LOTE 29 — CARRETO AGRICOLA BASCULANTE BRL-TF 7000 LUNECO- EXCLUSIVO ME E EPP					
57	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CARRETO AGRICOLA BASCULANTE BRL-TF 7000 LUNECO	UN	1	4.900,00	4.900,00
58	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA CARRETO AGRICOLA BASCULANTE BRL-TF 7000 LUNECO	HORAS	130	150,14	19.518,20
Subtotal do Lote 29					24.418,20
LOTE 30 — DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO BUDNY-CDAB 6000 (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
59	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO BUDNY-CDAB 6000	UN	1	4.900,00	4.900,00
60	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO BUDNY-CDAB 6000	HORAS	80	150,14	12.011,20
Subtotal do Lote 30					16.911,20
LOTE 31 — DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO SCHEMAK (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
61	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO SCHEMAK	UN	1	4.900,00	4.900,00
62	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO SCHEMAK	HORAS	80	150,14	12.011,20
Subtotal do Lote 31					16.911,20
LOTE 32 — ENSILADEIRA NOGUEIRA (2026) - EXCLUSIVO ME E EPP					
63	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ENSILADEIRA NOGUEIRA	UN	1	7.900,00	7.900,00
64	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ENSILADEIRA NOGUEIRA	HORAS	140	150,14	21.019,60
Subtotal do Lote 32					28.919,60
LOTE 33 — ENSILADEIRA NOGUEIRA (2026) - EXCLUSIVO ME E EPP					
65	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ENSILADEIRA NOGUEIRA	UN	1	7.900,00	7.900,00
66	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA ENSILADEIRA NOGUEIRA	HORAS	140	150,14	21.019,60



Subtotal do Lote 33					28.919,60
LOTE 34 — USINAGEM, RETÍFICA E RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA TODAS AS MAQUINAS DA FROTA					
67	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E RECUPERATIVA DE USINAGEM, RETÍFICA E RECUPERAÇÃO DE MOTORES	UN	1	250.000,00	250.000,00
68	SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E RECUPERATIVA DE USINAGEM, RETÍFICA E RECUPERAÇÃO DE MOTORES	HORAS	1.600	146,47	234.352,00
Subtotal do Lote 34					484.352,00
LOTE 35 — MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR (2012) - EXCLUSIVO ME E EPP					
69	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR.	UN	1	20.000,00	20.000,00
70	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR.	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 35					50.600,00
LOTE 36 — MOTONIVELADORA 919R SEM (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
71	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA MOTONIVELADORA 919R SEM.	UN	1	25.000,00	25.000,00
72	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA MOTONIVELADORA 919R SEM.	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 36					55.600,00
LOTE 37 — MOTONIVELADORA 12G CATERPILLAR (1995) - EXCLUSIVO ME E EPP					
73	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE MOTONIVELADORA 12G CATERPILLAR	UN	1	20.000,00	20.000,00
74	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA MOTONIVELADORA 12G CATERPILLAR	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 37					50.600,00
LOTE 38 — ROLO COMPACTADOR XCMG (2021) - EXCLUSIVO ME E EPP					
75	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE ROLO COMPACTADOR XCMG	UN	1	20.000,00	20.000,00
76	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA ROLO COMPACTADOR XCMG	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 38					50.600,00
LOTE 39 — ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP					
77	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND	UN	1	25.000,00	25.000,00
78	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 39					55.600,00
LOTE 40 — ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
79	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA	UN	1	25.000,00	25.000,00
80	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE80DA	HORAS	170	180,00	30.600,00



Subtotal do Lote 40					55.600,00
LOTE 41 — ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG - XE225BR (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
81	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG XE225BR	UN	1	25.000,00	25.000,00
82	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XCMG XE225BR	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 41					55.600,00
LOTE 42 — ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320 GC CATERPILLAR (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP					
83	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320 GC CATERPILLAR	UN	1	25.000,00	25.000,00
84	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320 GC CATERPILLAR	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 42					55.600,00
LOTE 43 — RETROESCAVADEIRA MULLER MR406ADV 4x4 (2023) - EXCLUSIVO ME E EPP					
85	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE RETROESCAVADEIRA-MULLER MR406ADV	UN	1	25.000,00	25.000,00
86	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA RETROESCAVADEIRA-MULLER MR406ADV	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 43					55.600,00
LOTE 44 — RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP					
87	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	UN	1	25.000,00	25.000,00
88	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 44					55.600,00
LOTE 45 — RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP					
89	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	UN	1	25.000,00	25.000,00
90	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA RETROESCAVADEIRA B80C NEW HOLLAND	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 45					55.600,00
LOTE 46 — PÁ CARREGADEIRA LW 350 KV XCMG (2024) - EXCLUSIVO ME E EPP					
91	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PÁ CARREGADEIRA LW 350 KV XCMG	UN	1	25.000,00	25.000,00
92	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA PÁ CARREGADEIRA LW 350 KV XCMG	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 46					55.600,00
LOTE 47 — PÁ CARREGADEIRA 656D SEM (2020) - EXCLUSIVO ME E EPP					
93	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PÁ CARREGADEIRA 656D SEM	UN	1	25.000,00	25.000,00
94	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE MECÂNICA PARA PÁ CARREGADEIRA 656D SEM	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 47					55.600,00



LOTE 48 — PÁ CARREGADEIRA 924 HZ CATERPILLAR (2012) - EXCLUSIVO ME E EPP

95	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PÁ CARREGADEIRA 924 HZ CATERPILLAR	UN	1	25.000,00	25.000,00
96	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA PÁ CARREGADEIRA 924 HZ CATERPILLAR	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 48					55.600,00

LOTE 49 — TRATOR DE ESTEIRA D4CS (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP

97	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE TRATOR DE ESTEIRA D4 CS	UN	1	25.000,00	25.000,00
98	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA TRATOR DE ESTEIRA D4 CS	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 49					55.600,00

LOTE 50 — TRATOR DE PNEU LS PLUS 90 (2024) - EXCLUSIVO ME E EPP

99	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE TRATOR DE PNEU LS PLUS 90	UN	1	20.000,00	20.000,00
100	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA TRATOR DE PNEU LS PLUS 90	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 50					50.600,00

LOTE 51 — TRATOR DE PNEU T5.100 NEW HOLLAND (2020) - EXCLUSIVO ME E EPP

101	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE TRATOR DE PNEU T5.100 NEW HOLLAND	UN	1	20.000,00	20.000,00
102	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA TRATOR DE PNEU T5.100 NEW HOLLAND	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 51					50.600,00

LOTE 52 — TRATOR DE PNEU 6090 FARMATRAC (2020) - EXCLUSIVO ME E EPP

103	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE TRATOR DE PNEU 6090 FARMATRAC	UN	1	20.000,00	20.000,00
104	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA TRATOR DE PNEU 6090 FARMATRAC	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 52					50.600,00

LOTE 53 — TRATOR 8000 MAHINDRA (2017) - EXCLUSIVO ME E EPP

105	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE TRATOR 8000 MAHINDRA	UN	1	20.000,00	20.000,00
106	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA TRATOR 8000 MAHINDRA	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 53					50.600,00

LOTE 54 — TRATOR 6065 MAHINDRA (2025) - EXCLUSIVO ME E EPP

107	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE TRATOR 6065 MAHINDRA	UN	1	20.000,00	20.000,00
108	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL PARA TRATOR 6065 MAHINDRA	HORAS	170	180,00	30.600,00
Subtotal do Lote 54					50.600,00

LOTE 55 — SOLDA ELÉTRICA COM ELETRODO PARA TODAS AS MAQUINAS DA FROTA



109	SOLDA ELÉTRICA COM ELETRODO REVESTIDO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA TODAS AS MÁQUINAS	UN	4.000	104,83	419.320,00
Subtotal do Lote 55					419.320,00
VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO					4.664.748,00

2.2. Para os lotes 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4. Cada lote agrupa, conforme o caso, os itens de fornecimento de peças (UN), de serviços de manutenção (HORAS) e de solda (UN) relativos a um mesmo equipamento, ressalvado o lote de usinagem, retífica e recuperação de motores, de natureza geral para toda a frota.

2.5. As peças observarão a classificação PO (Peças Originais e Genuínas) e PR (Peças de Reposição), com desconto mínimo de 5% sobre a tabela do fabricante.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

3.1. O objeto desta licitação é classificado como bem e serviço comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em edital, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da assinatura, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos e mediante anuência do fornecedor, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. No ato da prorrogação da vigência da ata poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por instrumento contratual, nota de empenho, autorização de fornecimento/ordem de serviço ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária a cada exercício.

5. JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação é necessária para garantir a continuidade da manutenção preventiva e corretiva da frota de máquinas do Município, essencial à manutenção e recuperação de estradas rurais, à realização de obras, ao transporte e ao apoio às atividades do setor agrícola. Decorre do esgotamento do saldo do contrato anterior e da inexistência de processo licitatório ativo para manutenção elétrica, solda, usinagem e retífica.

5.2. A ausência de manutenção adequada pode causar paralisação dos equipamentos, aumento de custos, redução da vida útil dos bens e prejuízo à continuidade dos serviços públicos. Como a Administração não dispõe de oficina e corpo técnico próprios suficientes, a contratação de empresa especializada é a solução adequada.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças, atendendo de forma integral a frota de máquinas do Município.

6.2. Adotou-se o Sistema de Registro de Preços por permitir a contratação parcelada conforme a demanda, sem obrigação de quantitativos mínimos, e por viabilizar o atendimento tempestivo das ocorrências de manutenção, imprevisíveis quanto ao momento e à intensidade.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Deverão ser observados critérios e práticas de sustentabilidade em conformidade com o inciso IV do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial a destinação ambientalmente adequada de óleos lubrificantes usados, peças substituídas, resíduos metálicos e materiais de soldagem, observada a legislação ambiental aplicável.

7.2. Amostras

7.2.1. Não se exigirá apresentação de amostras, sem prejuízo da possibilidade de verificação da qualidade das peças e dos serviços executados a qualquer tempo pela fiscalização.

7.3. Subcontratação

7.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo de garantia para as peças e matérias utilizados será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão da nota fiscal pela contratada, devendo ser anexado os respectivos “termos de garantia” conformidade e obediência aos padrões técnicos do “serviço autorizado” do fabricante. (Quando o fabricante fornecer período de garantia maior que 90 dias sempre prevalecerá o maior período).

8.2 A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer peça que não atenda às exigências, cabendo à contratada a reposição. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.

8.3 O aceite do servidor por parte da contratante se dará após aplicação/vistoria/teste do veículo/máquina realizada pelo motorista, visando verificar a qualidade da peça/serviço aplicada. Não havendo aceite da peça/serviço deverá retornar para o estabelecimento da contratada para substituição da mesma..

8.4 A contratada deverá garantir os serviços executados e as peças fornecidas contra defeitos, comprometendo-se a refazer os serviços e substituir as peças que apresentarem vícios dentro do prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

9. MODELO DE EXECUÇÃO

9.1. Condições de execução

9.1.2 A solicitação dos serviços objeto desta licitação será de acordo com a necessidade das Secretarias solicitantes desta Prefeitura Municipal.

PARA SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS

Após o recebimento da máquina/veículo agrícola, a empresa deverá apresentar o Laudo da Avaliação dos serviços e/ou peças (quando necessárias) em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

Aprovado o Laudo pelo Fiscal e/ou Gestor contratual, quando necessário adquirir peças, a contratada deverá apresentar o orçamento das mesmas no prazo máximo 03 (três) dias úteis. O orçamento deverá incluir:

Identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária);
Relatório com os defeitos identificados e os itens a serem revisados, consertados ou substituídos;
Quantidade, códigos das peças originais/reposição, acessórios e insumos, com base em três orçamentos ou preço praticado pela contratada em contratos anteriores com outros entes públicos ou empresas do setor.

Caso haja divergência nos valores ou especificações, a contratante poderá solicitar novos orçamentos.

O Fiscal e/ou Gestor contratual deverá analisar e aprovar/reprovar a pesquisa de mercado (orçamentos apresentados pela contratada), no prazo máximo de 24 horas após o recebimento.

Após aprovado e autorizado pelo Fiscal e/ou Gestor contratual a contratada terá o prazo de 07 dias úteis para finalizar o conserto/serviço, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.

No caso de serviços que não demandem aquisição de peças será pago o valor da hora licitado sem necessidade de pesquisa de mercado, devendo a contratada finalizar a execução dos serviços no prazo de 03 dias úteis, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.

PARA SERVIÇOS RETIFICA E USINAGEM

Após o recebimento da máquina/veículo agrícola, a empresa deverá apresentar o Laudo da Avaliação dos serviços e/ou peças (quando necessárias) em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

Aprovado o Laudo pelo Fiscal e/ou Gestor contratual, quando necessário adquirir peças, a contratada deverá apresentar o orçamento das mesmas no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis.

* O orçamento deverá incluir:

Identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária);
Relatório com os defeitos identificados e os itens a serem revisados, consertados ou substituídos;
Quantidade, códigos das peças originais/reposição, acessórios e insumos, com base em três orçamentos ou preço praticado pela contratada em contratos anteriores com outros entes públicos ou empresas do setor.

Caso haja divergência nos valores ou especificações, a contratante poderá solicitar novos orçamentos.

O Fiscal e/ou Gestor contratual deverá analisar e aprovar/reprovar a pesquisa de mercado (orçamentos apresentados pela contratada), no prazo máximo de 24 horas após o recebimento.

Após aprovado e autorizado pelo Fiscal e/ou Gestor contratual a contratada terá o prazo de 10 dias úteis para finalizar o conserto/serviço, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.

No caso de serviços que não demandem aquisição de peças será pago o valor da hora lícitado sem necessidade de pesquisa de mercado, devendo a contratada finalizar a execução dos serviços no prazo de 05 dias úteis, salvo em casos em que haja alta complexidade, devidamente justificado e aceito pelo município, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Compras do Município.

A execução dos serviços ocorrerá nas instalações da oficina da contratada ou nas dependências da secretaria solicitante (em alguns casos quando for possível).

As máquinas rodoviárias ou agrícolas devem ser retiradas na garagem municipal e no caso de paralisação da máquina rodoviária ou agrícola em local de serviço, ser rebocado pelo **SERVIÇO DE GUINCHO (PRANCHA) DA CONTRATADA sem ônus para CONTRATANTE (NO DESLOCAMENTO PARA CONCERTO E PARA ENTREGA APÓS O CONCERTO)**, em caso de qualquer sinistro no transporte a responsabilidade fica por conta da CONTRATADA, para ressarcir qualquer custo que por ventura resultem do sinistro, inclusive na hipótese de ocorrer um acidente rodoviário envolvendo o veículo, como colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio ou explosão do veículo.

A empresa contratada deverá fornecer:

- Manutenção mecânica preventiva e corretiva para todas as máquinas da frota.
- Atendimento emergencial para reparos corretivos, com tempo de resposta rápido, minimizando a indisponibilidade das máquinas.

Fica a responsabilidade da empresa vencedora de comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Caso haja divergências entre os serviços solicitados e entregues, a contratada será notificada pela Administração para correção das irregularidades em até 24 (vinte e quatro) horas.

Para prestação dos serviços de manutenção mecânica preventiva, corretiva e recuperativa, a contratada deverá possuir sede própria, com instalações que garantam a perfeita execução dos serviços, pátio para manobras, local apropriado para guarda e conservação dos veículos e máquinas agrícolas da frota municipal enquanto estiverem sob a responsabilidade da contratada em manutenção.

Disponibilizar, quando da prestação dos serviços, de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para a realização dos reparos, substituições e testes necessários. Deverá ainda, atender as leis e normas ambientais vigentes;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a obrigação, sem a prévia e expressa anuência da contratante;

Em observância aos princípios da economicidade e da racionalidade, a empresa licitante vencedora deve estar localizada numa distância (raio) de até 50 (cinquenta) km da sede desta Prefeitura, localizada na Rua Hermínio Perondi, 176, Centro, Flor da Serra do Sul/PR, a fim de evitar deslocamentos longos, desnecessários para a Administração Pública;

A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para esta Prefeitura, pois, se a distância entre a sede da Prefeitura e o local da execução dos serviços for maior que a determinada, a vantagem do “menor preço por lote” ficará prejudicada em razão dos custos deslocamento da frota;

Caso tiver licitantes interessados localizados a mais de 50 (cinquenta) quilômetros, os veículos devem ser transportados até a sede da proponente mediante transporte adequado (guincho), com ônus da CONTRATADA.

A contratada será responsável por qualquer sinistro ocorrido durante o transporte, incluindo colisões, capotagens, abalroamentos, tombamentos, incêndios ou explosões.

Como forma de controle dos valores dos orçamentos apresentados para peças originais, genuínas e paralelas a serem adquiridas, poderá o servidor público designado para acompanhar a execução do objeto, coletar orçamento junto à revenda de cada marca/modelo, pesquisar em outros sistemas via internet, autopeças e distribuidores, se assim demandar, para comprovar preço praticado pela empresa, além de outros meios disponíveis para este tipo de comprovação;

Na impossibilidade de adquirir mais de um orçamento junto a fornecedores, o único orçamento apresentado será encaminhado com justificativa do servidor encarregado pela Fiscalização e/ou Secretário Municipal de Administração para autorização.

A Contratada, antes de enviar as peças dos veículos, deverá comprovar para o servidor público designado, que as peças são de boa qualidade e das marcas cotadas no orçamento.

Fica a critério do contratante a escolha entre peça original ou reposição

Para aferição do tempo necessário e com vista à precificação dos serviços a serem realizados, serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.

Cabe a contratada devolver à contratante todas as peças que forem substituídas, mesmo que inaproveitáveis, constando a identificação completa dos veículos/máquinas e discriminação das peças utilizadas. Os materiais deverão acompanhar o equipamento quando da entrega do mesmo após a execução dos serviços solicitados, que os manterá para fins de auditoria;



Os produtos/serviços desta licitação deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente;

O preço das peças será o de mercado no momento da aquisição, conforme as condições acordadas entre as partes e com base nos preços praticados em outros contratos ou cotações obtidas com concessionárias ou fornecedores.

A prestação de serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, será executada com base em descontos proporcionais à quantidade de horas de trabalho de cada serviço, conforme o valor proposto pela empresa vencedora no pregão eletrônico.

A contratada poderá sugerir a recuperação de peças quando isso for mais vantajoso para o município. A decisão será tomada pela Administração com base na análise dos custos e benefícios, considerando sempre a viabilidade técnica.

A contratada assumirá total responsabilidade pela execução dos serviços e pela qualidade das peças fornecidas, devendo assegurar que todos os procedimentos cumpram as normas técnicas e legais aplicáveis.

Após a execução dos serviços, o servidor designado realizará uma inspeção no equipamento. Caso o serviço não esteja conforme as especificações, a contratada será notificada para realizar as correções necessárias. O equipamento só será aceito após a correção dos defeitos.

A contratada deverá manter o controle rigoroso da entrada e saída dos equipamentos, emitindo guias de recebimento e devolução com descrição detalhada dos serviços realizados e acessórios entregues.

Todos os serviços executados deverão garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, sem interrupções. Caso ocorram problemas após a execução, a contratada deverá realizar os reparos necessários sem custos adicionais.

Responder por quaisquer danos pessoais e/ou patrimoniais, causados direta ou indiretamente à contratante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste Certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que haja a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;

SIGLAS UTILIZADAS PARA CONHECIMENTO DOS PROPONENTES E AFERIÇÃO DE PREÇO

%PG= Desconto De Peças Genuínas Ofertadas Pelas Empresas;

%PR= Desconto De Peças de Reposição Ofertadas Pelas Empresas;

AINDA:

PG=Peças Genuínas De Fabrica: aquelas fornecidas diretamente pela montadora e/ ou revendedora autorizada; (vem com selo e logotipo oficial da marca).

PR=Peças de Reposição: aquelas de mercado paralelo, genéricas ou alternativas novas (sem uso anterior).

Todas as peças GENUINAS/reposição aplicados nos veículos e fornecidos deverão ter marca de fabricação, devendo estar de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade e Tecnologia.

O LICITANTE IRÁ OFERECER COMO LANCE UMA PORCENTAGEM DE DESCONTO SOBRE AS PEÇAS ORIGINAIS (PO). DEVERÁ SER APLICADO NAS PR (PEÇAS DE REPOSIÇÃO), DESCONTO DE 10% ACIMA DO VALOR FINAL DAS PO (PEÇAS ORIGINAIS).

PARA EFEITO EXEMPLIFICATIVO, SE A LICITANTE OFERECER 15% (QUINZE POR CENTO) DE DESCONTO PARA AS PEÇAS ORIGINAIS, O DESCONTO PARA AS PEÇAS DE REPOSIÇÃO SERÁ AUTOMATICAMENTE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO).

9.2. Obrigações da Contratada

9.2.1. São obrigações da Contratada:

Executar os serviços e manutenções conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e certificados necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações



trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.3. Obrigações da Contratante

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o

nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do contratado, no que couber.

Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo contratado.

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando o contratado houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

Agendar as manutenções corretivas e preventivas com 02 dias de antecedência.

9.4. Sanções Administrativas

9.4.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal, sem prejuízo das demais implicações legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,

que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto/serviço, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.1. Da Fiscalização

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto/serviço, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.2. Gestor do Contrato

10.2.1 Os gestores e fiscais da ata de registro de preços será o **Secretário Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, e o Secretário Municipal de Agricultura** do Município de Flor da Serra do Sul.

10.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Do Recebimento

11.1.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

11.2. Do Recebimento Provisório

11.2.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no ato, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.2.2. No momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade dos serviços prestados, etc.

11.2.3. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no ato da constatação da falha, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. Do Recebimento Definitivo

11.3.1. Os bens/serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador e constará de:

- a) Verificação da conformidade com a quantidade requisitada, qualidade dos bens/serviços a ser recebido e se a especificação atende plenamente aos requisitos, de forma aderente aos termos contratuais.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo ou recibo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.

11.3.2. A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

11.4. Da Liquidação

11.4.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Flor da Serra do Sul-PR constando número da licitação, lote/item e garantia dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente o prazo para a liquidação começará a contar a partir da confirmação do cumprimento integral das obrigações pelo Contratado, já



deduzidas às glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

11.4.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

11.4.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

11.5. Da Forma de Pagamento

11.5.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (tinta) dias contados a partir da emissão da Nota Fiscal e do recebimento definitivo.

11.5.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro que vier a substituí-lo.

11.5.3. A Contratante realizará as retenções tributárias a que for legalmente obrigada, inclusive a do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

11.5.4. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

11.5.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

11.5.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO por **LOTE**.

12.1.2. **O modo de disputa será aberto e fechado.**

13. FORMA DE FORNECIMENTO

13.1.1 Quanto ao quantitativo à aquisição/serviços será realizada de forma parcelada, conforme necessidade das Secretarias Municipal.

14. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

14.1.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no anexo II do edital.

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

14.1.2 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

I - Atestado e/ou declaração de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome da empresa licitante, de que forneceu satisfatoriamente serviço igual ou semelhante ao do Termo de Referência.

14.1.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão: Estarem dentro do valor máximo estipulado em edital e produto dentro das normas de qualidade.

14.1.4 O critério de julgamento da proposta está definido nas Condições Específicas do Pregão. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

14.1.5 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

15. ESTIMATIVA DE PREÇO

15.1. O custo estimado total da contratação é de Valor máximo estimado da licitação **R\$ 4.664.748,00** (quatro milhões seiscientos e sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e oito reais), conforme custos unitários apostos na [tabela acima].

16. DAS ALTERAÇÕES

16.1.1 Eventuais alterações nos preços registrados reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.2 O fornecedor é obrigado, a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial pactuado.

16.1.3 As alterações de que tratam esse tópico deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.1.4 Registros que não caracterizam alteração podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.5 As Alterações de que tratam este tópico deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021 no que for cabível.

16.1.6 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- e) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

16.1.7 As alterações dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.

16.1.8 As alterações dependem, de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal da Ata de Registro ou enviado via e-mail: planejamento@fssul.pr.gov.br.

17. DO REAJUSTE

17.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data proposta apresentada.

17.2 Após o decurso de um ano, havendo pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.5 O reajuste será realizado por apostilamento.

17.6 Não Serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

Flor da Serra do Sul/PR, 10 de junho de 2026.

Fabio Willian Benedette
Secretário Municipal de Agricultura



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLOR DA SERRA DO SUL



Josemar Tomazzini

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo



ANEXO IV- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Organograma	Máscara	Descrição da Despesa	Valor Previsto
04.001	04.001.04.122.0006.2007.3.3.90.39.00	Gestão dos serviços de Obras, Viação e Urbanismo	159.300,00
04.001	04.001.04.122.0006.2007.3.3.90.30.00	Gestão dos serviços de Obras, Viação e Urbanismo	400.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2012.3.3.90.39.00	Gestão da Secretaria de Agricultura	240.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2014.3.3.90.30.00	Revitalização das Estradas Vicinais	989.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2014.3.3.90.39.00	Revitalização das Estradas Vicinais	300.000,00



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE LGPD

DECLARAÇÃO LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VI - DECLARAÇÃO UNIFICADA

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Licitante quanto à sua habilitação;
2. Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de licitação;
3. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
4. Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;
5. Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação da licitação e à legislação vigente;
6. Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora Contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
7. Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado, e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que o mesmo estipular;
8. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
9. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal; (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).
10. Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada;
11. Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
12. Declara, conforme prevê o §8º do art. 67 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que possui os compromissos assumidos abaixo, que importam em diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.
13. Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
14. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº



....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

15. Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

16. Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

17. Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

18. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

19. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº xx/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)